



## **CAMARA DOS DEPUTADOS**

### **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº (Do Sr. Rodrigo Maia)**

**DE 2012.**

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, sobre a parceria Público-Privada (PPP) constituída para a construção do Museu do Amanhã, no Pier Mauá da Zona Portuária - Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e no inciso I, do Artigo 115, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, o seguinte requerimento de informação, sobre o Museu do Amanhã e a constituição da Parceria Público-Privada (PPP) firmada para sua construção.

Segundo material divulgado pela imprensa<sup>1</sup> no último dia 2 de maio, o Museu do Amanhã que será construído até 2014, terá 15 mil metros quadrados em uma área de 30 mil metros quadrados localizada no Pier Mauá, zona portuária do município do Rio de Janeiro. A reportagem também informou que sua construção foi incluída no pacote de obras a cargo da Concessionária Porto Novo, por meio da maior parceria público-privada (PPP) do país, com o gerenciamento da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (Cdurp). O empreendimento, de R\$ 215 milhões, será custeado com recursos oriundos da venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs). De outra parte, a Instrução CVM nº 401, de 29 de dezembro de 2003, estabelece que “nenhum CEPAC poderá ser ofertado no mercado sem prévio registro na CVM da operação a que estiver vinculado”.

Diante disso, pergunta-se:

1. A operação de venda de Cepacs a qual a construção do Museu do Amanhã está vinculada foi devidamente registrada na CVM? O uso desses Cepacs estão de acordo com as normas estabelecidas pela CVM?
2. A obra de construção do Museu do Amanhã está incluída na PPP? Quais foram as condições?

---

<sup>1</sup> <http://moglolo.globo.com/integra.asp?txtUrl=rio/museu-do-amanha-sera-icone-da-revitalizacao-da-zona-portuaria-diz-paes-4790402> e, <http://www.rio.rj.gov.br/web/quest/exibeconteudo?article-id=2793992>.



## **CAMARA DOS DEPUTADOS**

3. Qual a previsão de custo final da obra, tendo em vista que a obra foi orçada inicialmente em R\$ 65 milhões e hoje já está em R\$ 215 milhões? O que está encarecendo sua construção?
4. Qual a previsão de conclusão do empreendimento? O cronograma está sendo cumprido?

Cabe ressaltar que, quaisquer documentos, se houver, que sejam remetidos com a chancela de “sigilosos” terão exibição restrita apenas a este requerente, aplicando-se o disposto no art. 98, § 5º, do RICD.

### **J U S T I F I C A T I V A**

Segundo foi amplamente divulgado pela imprensa, inclusive pelo portal da Prefeitura do Rio de Janeiro, será construído o Museu do Amanhã na zona portuária do município. Inicialmente previsto para custar 65 milhões de reais, o valor do projeto mais que triplicou, alcançado os atuais R\$ 215 milhões, a serem pagos pela venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac).

A obra, no entanto, chega com dois anos de atraso. Em 2011, matéria publicada por VEJA Rio<sup>1</sup> mostrou que a falta de pagamentos da prefeitura à empreiteira foram responsáveis por sucessivos adiamentos. Além disso, a matéria expõe que “as razões da explosão do custo — e do atraso — são constrangedoras. A única fornecedora possível das engrenagens elaboradas pelo arquiteto espanhol é uma empresa de sua confiança, que cobra valores extremamente altos para a confecção dos componentes”.

A matéria também diz que a construção do empreendimento foi incluída no pacote de obras a cargo da Concessionária Porto Novo, por meio da maior Parceria Público-Privada (PPP) do país, com o gerenciamento da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (Cdurp). O empreendimento faz parte do projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro e sua conclusão está prevista para 2014.

É função do parlamento acompanhar a destinação e finalidade pública dos bens públicos, a fim de garantir a preservação dos direitos e a boa utilização dos recursos públicos físicos, humanos e financeiros.

Sala das Sessões, em        de        de 2012.

**Deputado Rodrigo Maia**  
DEMOCRATAS/RJ

---

<sup>1</sup> <http://vejario.abril.com.br/especial/museu-amanha-683409.shtml>